

jornal do commerce

Recife, 8 de fevereiro de 2012

INFORME ESPECIAL

OAB



anos

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco comemora oito décadas de atuação pela defesa da democracia, unindo tradição e modernidade.



Ao longo de mais de 50 anos, a Pires Advogados & Consultores tem consolidado sua reputação profissional e ética. Atua nas diversas áreas do Direito em todo o território nacional, com ênfase no Direito Ambiental, oferecendo soluções jurídicas atualizadas através de uma equipe altamente capacitada e experiente.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO:

Administrativo, Ambiental, Empresarial, Imobiliário e Fundiário, Indígena, Internacional, Marítimo, Tributário, Urbanístico e Responsabilidade Civil.

ADVOGADOS

Ivan d'Almeida Pires Filho

Advogado formado pela Faculdade de Direito de Olinda, Mestre em Direito pela Universidade de Tulane (EUA), Mestre em Direito Internacional e Doutor em Direito Ambiental pela Universidade da Virginia (EUA). Atua também como consultor jurídico internacional para Usaid e ONU (Banco Mundial, FAO e Pnuma).

Flávia Carolina de Souza Reis

Advogada formada pela Universidade Católica de Pernambuco, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Kent (Inglaterra), especialista em Produção Mais Limpa.

Ricardo Kalil Lage

Advogado formado pela Universidade Católica de Pernambuco, especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Superior de Magistratura, extensão em Avarias Marítimas pela Universidade Católica de Santos e em Direito do Comércio Internacional pela Fundação Getúlio Vargas. Atua também como professor da ESA/OAB-PE e da Faculdade Integrada do Recife.

Sandra Pires Barbosa

Advogada formada pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Direito Público pela mesma universidade, especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pela Faculdade Maurício de Nassau.

Cristiana Pragana Dantas

Advogada formada pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua também como professora de Direito Tributário.

Romana Ramos Zaldan

Advogada formada pela Faculdade Integrada do Recife.

Joana Andrade da Mata Silveira

Advogada formada pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Paris Sud-11, Membro da Sociedade Francesa pelo Direito Ambiental (SFDE).



Editorial

Para quem acompanha o noticiário não é difícil perceber a presença da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Pernambuco em muitos dos principais acontecimentos do País. Seja em grandes manifestações como as Diretas Já ou nas recentes passeatas estudantis contra o aumento nas passagens de ônibus, a entidade sempre atuou pelos direitos humanos e pela liberdade democrática.

Mais do que uma instituição corporativa dos advogados, a OAB-PE tornou-se uma entidade em defesa dos mais variados segmentos da população. De estudantes a presidiários, de idosos a eleitores indignados com a corrupção. Diante da importância dessas oito décadas, o Jornal do Commercio traz esta revista contando a história de lutas e conquistas da OAB-PE. Mas a publicação também mostra como a ordem está conectada com a modernidade. Ela está capacitando os advogados para a informatização dos tribunais e se adequando ao novo momento econômico vivido pelo Estado.

Sinal de que a instituição se atualiza para enfrentar mais décadas em defesa dos direitos da população.

Sumário

4 Entrevista com Henrique Mariano

10 Uma história em defesa da democracia

14 Na vanguarda das lutas

16 OAB nos tribunais

18 Para embarcar no crescimento do Estado

20 Vantagens de ser um associado

22 Advogado a toda prova

26 Depoimentos de ex-presidentes da OAB-PE

28 Descentralizar traz resultados

32 Plugados com a informatização da justiça

Expediente

Editoras_ Cláudia Santos (csilva@jc.com.br)

Diagramação e ilustração_ Isadora Melo e Tomaz Alencar

Fotografia_ Michele Souza

Reportagem_ Juliana Godoy (jgodoy@jc.com.br) e Rafael Dantas (rdantas@jc.com.br)

Tratamento de Imagem_ Alexandre Lopes, Claudio Coutinho e Jair Teixeira

Diretora Comercial_ Roseane Gonçalves (roseane@jc.com.br)

Gerente de Publicidade_ Welder Catani (welder@jc.com.br)

“OAB é guardiã do estado de direito”

O presidente da OAB-PE, Henrique Mariano, conversou com os repórteres Rafael Dantas e Juliana Godoy sobre as principais bandeiras defendidas pela instituição hoje e comentou os fatos mais relevantes que a entidade se envolveu nos últimos anos, como o combate ao auxílio-paletó dos parlamentares e as denúncias feitas na ONU sobre as condições de operação da Funase, alvo de recente rebelião na unidade do Cabo do Santo Agostinho

JC - A OAB historicamente se envolveu em questões de defesa da democracia. No momento em que o País vive um período de mais estabilidade política, quais são as bandeiras defendidas atualmente?

HENRIQUE MARIANO - A OAB não é uma instituição que defende apenas os direitos da classe dos advogados, mas tem uma missão muito maior: é a guardiã na Constituição Federal e do estado democrático de direito. Ela tem obrigação de lutar pelo fortalecimento das instituições jurídicas, pela implementação de políticas voltadas à justiça social e direitos humanos. Do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo para cá, destaco a participação da OAB no processo que motivou o então projeto de iniciativa popular da Lei do Ficha Limpa. A reforma política é outro

O escritório Matos, Paurá & Beltrão Advogados parabeniza a OAB pelos 80 anos de luta pela consolidação do Estado Democrático de Direito.

Fundado em 2006 pelos advogados Gustavo Matos, Eduardo Paurá Filho e Rodrigo Beltrão, o escritório Matos, Paurá & Beltrão Advogados conta com uma equipe de 14 advogados e 10 estagiários, além do apoio administrativo. A banca, com intensa atuação na advocacia contenciosa, atua nas seguintes áreas: Direito Civil (Empresarial, Responsabilidade Civil, Contratos e Sucessões), Bancário, Relações de Consumo, Administrativo (Licitações e Contratos, Tribunais de Contas), Tributário e Eleitoral. Atualmente, tem se destacado na solução de enfretamento das dificuldades de empresas em crise, por sua especialidade crescente em Recuperação de Empresas e Falência, atendendo demandas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Bahia e clientes formados por empresas do ramo agronegócio, transporte, pescados, varejo, terceirização de mão de obra, entre outros.

ADVOGADOS:

Gustavo Matos, Eduardo Paurá Filho, Rodrigo Beltrão,

Paulo André Matos, Thiago Assunção, Guilherme Sertório, Raquel Peres,

Paulo Monteiro, Ângelo Castro, Fábio Lima, Francisco Antunes, Mariana Guedes, Ingrid Cananéa e Jáder Lemos.



www.mpbadvogados.com.br

Fone : 81 2127.2900 - Fax : 81 2127.2901

Av. Lins Petit, nº 100, 10º andar - Ilha do Leite - Recife / PE | CEP: 50070-230

ponto que a OAB vem lutando. De um ano para cá destaco a luta pela manutenção das prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça, que é órgão de controle externo do judiciário, que tem a competência para apurar a responsabilidade e punir magistrados com desvio de conduta. No entendimento da OAB essa foi uma das conquistas mais importantes da sociedade nos últimos anos e a manutenção dessa competência está sendo objeto de questionamento perante o Supremo Tribunal Federal.

JC - Sobre a reforma política, o que a OAB defende?

MARIANO - Fizemos várias reuniões em 2010, em que discutimos pontos da reforma política, como a implementação do voto distrital misto. Entendemos que o voto proporcional é responsável pela grande distorção eleitoral hoje, pois facilita o uso de legendas, onde uma única pessoa funciona como puxador de votos, elegendo pessoas com votações irrisórias. O último exemplo típico é a eleição de Tiririca, que elegeu, no maior colégio eleitoral do Brasil, vários deputados, inclusive alguns mensaleiros. Essa distorção preocupa. Defendemos também a implementação do financiamento público de campanha, acreditando que haverá um tratamento de maior isonomia entre os candidatos.

JC - As mensagens do Twitter da estudante de direito Mayara Petruso foram alvo de uma ação da OAB-PE. Qual o resultado disso?

MARIANO - A estudante Mayara Petruso postou várias mensagens que, ao nosso ver, caracterizam crime de racismo contra o povo nordestino. Na ocasião levamos ao Ministério Público Federal de São Paulo o conhecimento da prática do crime de racismo e incitação pública a um ato delituoso. O MPF-SP entrou com ação na justiça federal requerendo a quebra do sigilo cibernético para verificar se aquelas mensagens de fato tinham partido dela. Mayara foi demitida do escritório de advocacia que estava

vinculada e hoje responde contra crime de racismo na Justiça Federal de São Paulo. O primeiro caso no Brasil.

JC - Existiu um novo caso recentemente.

MARIANO - Sim, em Curitiba. Tivemos o mesmo tratamento. Inclusive já usando o precedente de São Paulo. A OAB-PE não pode ficar inerte a esse tipo de atitude, que é vergonhosa.

JC - Sobre o auxílio-paletó e o auxílio-moradia, recebidos pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, qual foi o questionamento levantado pela OAB-PE?

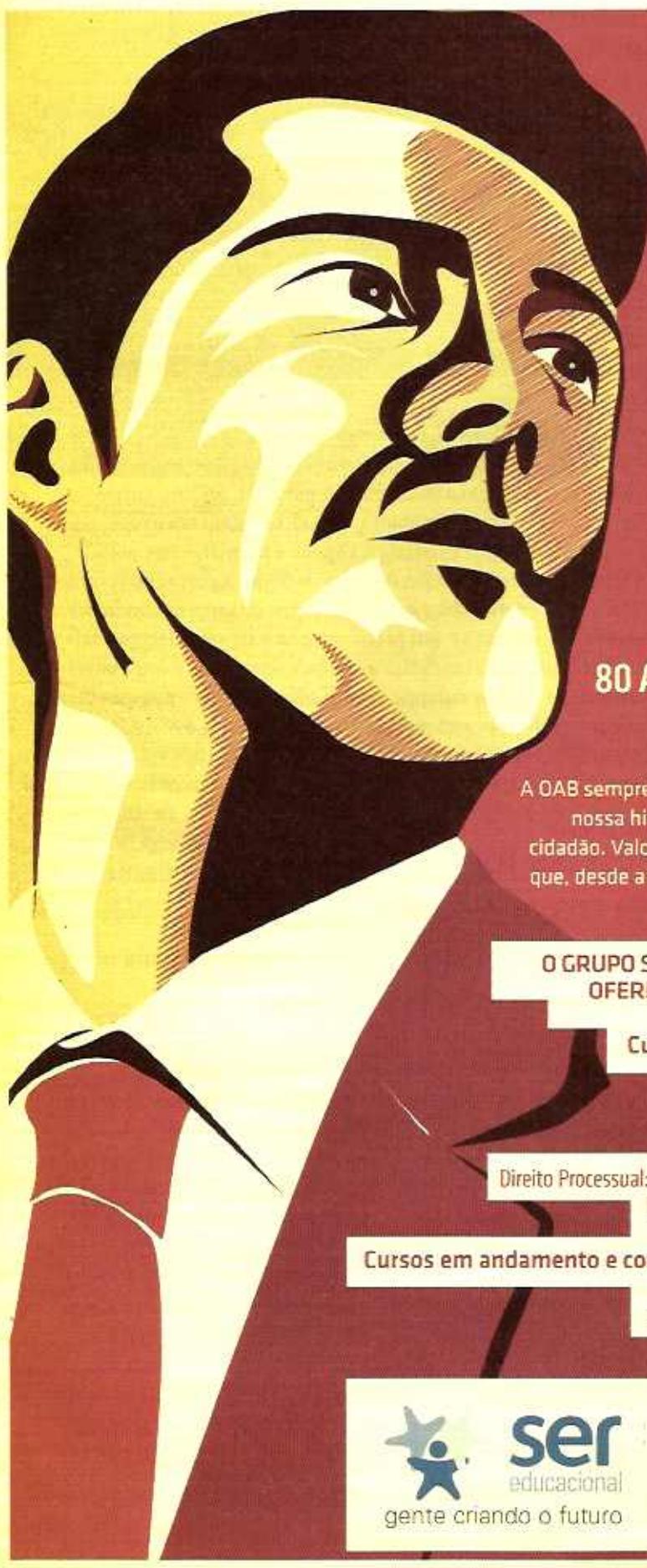
MARIANO - Os deputados da Assembleia Legislativa não podem receber nenhuma verba de caráter remuneratório como complementar ao salário. Isso é previsto na Constituição Federal. A mesa diretora da Assembleia afirma que o pagamento de auxílio-paletó

não tem caráter remuneratório e, sim, indenizatório. Mas essa verba é paga duas vezes por ano, a todos os deputados indistintamente. Está patente que essa verba não tem caráter indenizatório, pois ela não tem natureza de resarcimento de despesas

efetuadas. Você não pode pagar uma verba indenizatória indistintamente, a todo mundo. O deputado tem que comprovar que teve aquela despesa para ser resarcido. Qual o trabalhador brasileiro que recebe o 14º e 15º salário? Os deputados, que têm prerrogativa de legislar em favor do povo, ficam legislando em causa própria. Isso fere a Constituição Federal no princípio da moralidade, da improbidade administrativa e da isonomia, porque as outras categorias profissionais não têm esses privilégios.

JC - Qual o resultado das ações movidas pela OAB-PE nesse caso?

MARIANO - Entendemos que esses auxílios foram instituídos através de dois artigos no regimento interno da Assembleia Legislativa que fraudam o que diz a Constituição Federal. Essa verba é inconstitucional, imoral e ilegal. Ajuizamos uma ação de inconstitucionalidade com o auxílio-paletó, que está tramitando no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Neste momento está no Ministério Público, para que possa proferir



HISTÓRIA DE SUCESSO QUE COMEÇA NA SALA DE AULA.

PARABÉNS A OAB-PE PELOS SEUS
80 ANOS EM DEFESA DE UMA SOCIEDADE
MAIS JUSTA E DEMOCRÁTICA.

A OAB sempre esteve presente nos momentos mais importantes da nossa história, lutando a favor da democracia e dos direitos do cidadão. Valoriza, por isso, a formação de profissionais conscientes que, desde a faculdade, saibam a importância e a responsabilidade de defender, acima de tudo, a igualdade e a justiça.

O GRUPO SER EDUCACIONAL, EM PARCERIA COM OAB/ESA,
OFERECE OS SEGUINTE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Cursos em andamento, em parceria com a Nassau:

Direito Civil e Processo Civil – OAB/ESA (Petrolina)

Direito Civil e Processo Civil – OAB/ESA (Garanhuns)

Direito Penal e Processo Penal – OAB/ESA (Garanhuns)

Direito Marítimo e Portuário – OAB/ESA (Recife)

Direito Processual: Civil, Constitucional, Penal e Trabalhista – OAB/ESA (Limoeiro)

Direito do Consumidor – OAB/ESA (Recife) – Inscrições Abertas

Cursos em andamento e com inscrições abertas, em parceria com a Nabuco:

Direito Civil e Processo Civil – OAB/ESA (Recife)

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho – OAB/ESA (Recife)

Direito Penal e Processo Penal – OAB/ESA (Recife)



ser
educacional

gente criando o futuro



FACULDADE
**MAURÍCIO
DE NASSAU**

FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA
mauriciodenassau.edu.br



FACULDADE
**JOAQUIM
NABUCO**

RECIFE - PERNAMBUCO

www.joaquimnabuco.edu.br



Fotos: Michele Souza/JC Imagem

um parecer, uma vez que há interesses públicos no meio. Com o auxílio-moradia, que é mais recente, estamos tomando os mesmos procedimentos.

JC - Esse questionamento também ocorre em outros Estados?

MARIANO - Depois de a OAB-PE mover essa ação de constitucionalidade, outros Estados adotaram a mesma posição. No Paraná houve uma denúncia, por parte do Ministério Pùblico estadual e do próprio Tribunal de Contas, contra o pagamento desse auxílio-paletó e a Assembleia Legislativa reconheceu a ilegalidade desse pagamento e extinguiu a verba. O Ministério Pùblico de São Paulo também ajuizou uma ação e houve uma decisão liminar impedindo o pagamento do auxílio. De igual modo, o MP de Goiás conseguiu no final do ano passado uma decisão proibindo o pagamento do auxílio-paletó. O parlamento estadual está dando um mau exemplo ao eleitor ao manter e defender esse tipo de prática.

JC - Sobre a Funase, alguma coisa mudou desde a ação movida pela OAB-PE na ONU, até a recente rebelião, que culminou em mortes de alguns detentos?

MARIANO - Muito antes desse lamentável episódio da Funase, a OAB-PE vem discutindo o estabelecimento de uma política de humanização do sistema penitenciário, o que passa pela implementação de uma política socioeducativa aos menores infratores e de ressocialização aos

presos. No caso da Funase, a posição da OAB-PE é que isso foi uma tragédia anunciada desde o ano passado. O CNJ veio a Pernambuco, em 2011, fez uma inspeção em todas as unidades e apontou inúmeras irregularidades que existiam na época e permanecem, notadamente no núcleo do Cabo de Santo Agostinho. Foram identificados a prática do crime de tortura, condições subumanas, um problema grave de superlotação, falta de estrutura física, um local insalubre. É impossível o Estado cumprir com o seu dever de implementar políticas socioeducativas aos menores que estão sob o regime de liberdade limitada dentro dos estabelecimentos da Funase. Na oportunidade, encaminhamos à ONU, no Núcleo de Direitos Humanos, uma denúncia que apontou inúmeras violações dos direitos humanos.

JC - Houve algum fato novo nesse processo?

MARIANO - A OAB foi procurada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Não identificamos nada

de extraordinário na Funase além do que vimos há um ano. Verificamos de diferente apenas a destruição decorrente da rebelião. É o momento do governo do Estado repensar a viabilidade de fazer qualquer investimento no Núcleo da Funase do Cabo. O prédio não oferece nenhuma condição para que o Estado possa implantar suas políticas socioeducativas. Acho que é o momento de construir um novo núcleo. Acredito até que seja menos oneroso do que investir num prédio que não tem uma arquitetura compatível com as necessidades que o Estado precisa. Essas políticas são importantes não só para o menor infrator, mas ao sistema penitenciário como todo.

A Funase foi uma tragédia anunciada pela OAB-PE desde o ano passado

OAB-PE. 80 ANOS PROMOVENDO O DIREITO DOS DIREITOS: A CIDADANIA.

Oito décadas de Ordem, crescente no compromisso com o dever de justiça e marcante no progresso focado na defesa das prerrogativas e na qualificação profissional, exprimem as relações da OAB-PE com os advogados e a sociedade pernambucana. Razão bastante para que CRUZ DE OLIVEIRA ADVOGADOS ressalte o orgulho de filiada ao desejar-lhe amplo futuro, judiciosas realizações e merecido reconhecimento.



CRUZ DE OLIVEIRA

ADVOGADOS

Uma história em defesa da democracia

Desde sua fundação, OAB-PE tem atuado no combate aos regimes autoritários
Por Rafael Dantas

Os 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, foram marcados pela luta nacional pela democracia e no combate às violações dos direitos humanos. Sediada num Estado, como Pernambuco, caracterizado por posicionamentos de insubordinação ao poder federal ao longo de sua história, a OAB-PE foi, por muitas vezes, a seccional que respondia mais rápido aos golpes contra a Constituição Federal.

Fundada em 6 de fevereiro de 1932, seu primeiro presidente, Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, que também foi o primeiro reitor da UFPE, já declarava que a entidade não restringiria o seu trabalho à simples defesa de uma categoria profissional. "Estou convencido de que a criação da Ordem muito concorrerá, não somente para dignificar a classe dos advogados, como ainda para o progresso da ciência do direito", declaração extraída do livro 75 anos da OAB-PE.

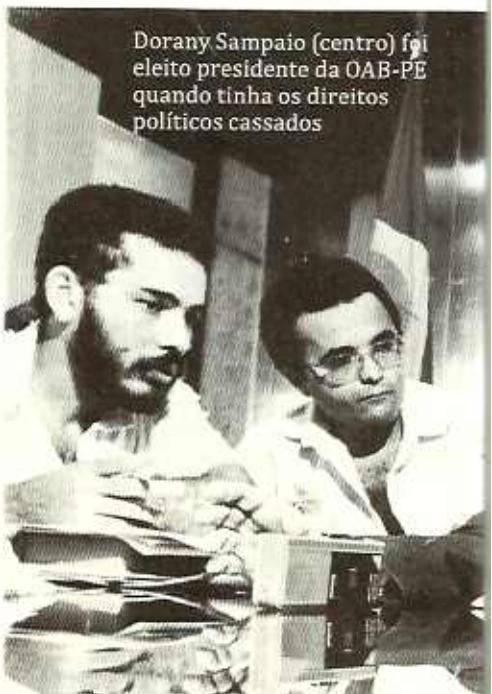
Ultrapassando a contribuição à ciência do direito, a entidade enfrentou períodos delicados

na conjuntura política nacional, como o Golpe de Vargas, em 1937, que derrubou a Constituição de 1934, além do vasto período da ditadura militar a partir dos anos 60. Apesar dos primeiros anos da organização serem mais dedicados ao fortalecimento institucional, há registros de defesa da redemocratização e de protestos já no período varguista.

Os protestos e a defesa ao Estado democrático de direito se tornaram mais fortes a partir do golpe militar de 1964. Já em 1961, pouco após a renúncia de Jânio Quadros, a OAB-PE enviou um ofício ao Congresso Nacional, expressando a preocupação dos advogados pernambucanos perante a conjuntura política do País.

O então governador de Pernambuco, em 1964, Miguel Arraes, foi deposto, preso e levado a Fernando de Noronha pelos militares. Este período foi marcado pela prisão de vários advogados, acusados de insubordinação ou mesmo de comunistas. A atuação da OAB-PE nos primeiros anos da ditadura

Dorany Sampaio (centro) foi eleito presidente da OAB-PE quando tinha os direitos políticos cassados



foi caracterizada pela defesa da comunicação com os presos políticos.

"Em 1969, no dia 13 de dezembro, data em que foi baixado o famigerado AI5, a OAB realizava uma Conferência Nacional, sediada no Recife. No final da conferência, ao chegar a notícia da decretação do AI5, a ordem teve a oportunidade de manifestar um vigoroso protesto em nome da categoria dos advogados", declarou o ex-presidente da OAB-PE, Dorany Sampaio.

A reforma política de 1977, que eliminou as eleições diretas para governador, recebeu uma nota de repúdio da OAB-PE, então presidida por Octávio Lobo. No mesmo ano, foi instituído o Pacote de Abril, que fechou o Congresso Nacional. Ato que também foi combatido pela seccional local da ordem. Neste ano, várias vezes o prédio da OAB-PE, na Rua do Imperador

Fotos: Arquivo JC



A ordem defendeu os direitos humanos durante os governos militares como no de João Figueiredo

A SOPECE homenageia a OAB pelos seus 80 anos...

e tem muito orgulho dessa parceria!

As avaliações obtidas junto ao MEC/INEP dos cursos e da instituição, apontaram excelentes conceitos para a SOCEPE:

ADMINISTRAÇÃO - 04 / DIREITO - 03
CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 03
(Em uma escala de 00 a 05)

Esta conquista é o resultado de 23 anos de trabalho dedicado ao ensino superior brasileiro. Com a participação de todos vocês podemos manter e dar continuidade a um ensino de excelência, dentro da linha de crescimento sólida desta academia, traçados pelos seus inesquecíveis fundadores:

Prof. Pinto Ferreira e
Profª. Osita Pinto Ferreira.



Av. João de Barros, 561 - Boa Vista - Recife / PE

FONE: 3221.4423

FAX: 3421.4100



Um dos marcos da OAB nos anos 90 foi o apoio ao impeachment de Collor

Michele Souza/JC Imagem



Nair dos Santos foi a primeira mulher a ocupar um cargo na direção do conselho da OAB-PE

Dom Pedro II, foi desocupado por ameaças de bomba.

No ano de 1978, a eleição de Dorany Sampaio foi considerada uma afronta ao governo militar, pois o advogado estava com os direitos políticos cassados. "A categoria mostrou a sua vitalidade. Essa eleição, com margem tão grande que tive, não foi mérito do candidato, mas do corpo eleitoral, que sabia que não poderia entregar a ordem a um advogado que não lutava pelas causas que a organização defendia. Da minha presidência recordo, entre outros problemas, que a violência tomava rumos muito preocupantes", disse Dorany.

Em 1980, após atentado na sede da OAB nacional, a secretária Lyda Monteiro foi mutilada e morta após abrir uma carta-bomba, endereçada ao então presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes. Em memória à secretária, a OAB-PE realizou uma missa de sétimo dia. "A forma encontrada para manifestar o nosso protesto foi essa missa, para a qual procurei Dom Helder, que era amigo. Ele fez um grande discurso de protesto contra a violência da ditadura, que teve que ser engolido pelos agentes que estavam lá, como olheiros para esse ato", conta Dorany.

A defesa das Diretas Já e as contribuições para a Constituição Federal de 1988 estiveram na pauta da OAB nacional e por consequência

da seccional local, que sempre teve representantes de destaque nos conselhos federais. Após a reabertura política e as eleições presidenciais, o apoio da ordem ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi um dos atos mais relevantes da entidade.

Mais recentemente, a ordem tem se envolvido numa série de questões, como na aprovação da Lei Ficha Limpa, das denúncias das condições da Funase, encaminhadas inclusive para a ONU, e do combate ao racismo nas redes sociais. No último mês, a OAB-PE interveio nos combates da Polícia Militar aos protestos dos estudantes contra o aumento das passagens de ônibus. Na ocasião até a Faculdade de Direito do Recife foi alvo de bombas de efeito moral do Batalhão de Choque da PM.

A OAB endossou a campanha pelo projeto de Lei do Ficha Limpa

GÊNERO

A atual presidente do Clube dos Advogados, Nair Andrade dos Santos, foi a primeira mulher a ocupar um cargo na direção do conselho da OAB-PE. A sua eleição como conselheira e segunda secretária, no ano de 1971, foi o marco inicial da participação feminina na ordem. "Era difícil uma mulher advogar na época. Muitas até estudavam, mas ao terminar os estudos trabalhavam como professoras ou outras atividades, por causa das dificuldades", disse Nair, que recorda do trabalho atuante daquela gestão, que, entre seus feitos, está a criação do estágio para estudantes de direito.

A OAB/PE COMEMORA 80 ANOS

A FACULDADE DAMAS
TAMBÉM TEM MOTIVOS
PARA COMEMORAR.

**O melhor conceito do
Norte-Nordeste ***

PARABÉNS!



PERNAMBUCO

FACULDADE DAMAS

www.faculdadedamas.edu.br

A Faculdade Damas conquistou pelo segundo ano consecutivo o Índice Geral de Cursos (IGC) 4 (escala vario de 1 à 5). O IGC é o mais importante indicador de qualidade do MEC. O conceito conquistado pela Faculdade Damas é o maior entre as Instituições de Ensino Superior do Norte-Nordeste. O curso de Direito é avaliado com conceito-máximo.

Na vanguarda das lutas

Com forte representatividade na OAB nacional, a seccional-PE lidera campanhas por direitos humanos e pela classe

Por Juliana Godoy

Conhecido por sua história de lutas, Pernambuco foi e é importante para a construção da federação do País." As palavras do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, resumem a importância que o Estado tem no cenário nacional da entidade.

Segundo Jayme Asfora, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB nacional, Pernambuco nunca esteve em posição tão favorável dentro da ordem. Além das representações no Conselho Federal, o Estado conta com representantes nas principais comissões nacionais. "Vivemos um momento em que a relação entre nacional e seccional é de total cumplicidade. No histórico da ordem nossa participação nunca foi tão grande", acredita o também conselheiro federal.

Para Cavalcante, isso se deve ao forte trabalho feito pelos pernambucanos. "Um dos maiores presidentes que tivemos foi da OAB-PE, José Neves, que nos representou em um período de ditadura. Hoje a seccional está cada vez mais moderna e as recentes críticas feitas ao auxílio-paletó mostram o compromisso que a OAB-PE tem com a

cidadania", afirma.

Na Comissão Nacional de Direitos Humanos, o Estado é responsável por liderar a luta pela humanização do tratamento dos presidiários, principalmente os de situação mais caótica, como o Aníbal Bruno, considerado o pior presídio em 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça. "Pernambuco foi eleito uma das prioridades pela comissão. O Aníbal Bruno tem cinco vezes mais pessoas do

Estado dentro da ordem nacional é o Conselho Nacional de Acompanhamento Legislativo, presidido por Pedro Henrique Reynaldo Alves. Através dela, a OAB acompanha todos os interesses corporativos. "Nosso papel é acompanhar as leis que têm a ver com os advogados, pulsionando o que é de interesse e municiando os deputados de informações", explica Alves, que também é conselheiro federal e foi o relator da intervenção da OAB na seccional do Pará. "Havia suspeita de fraude da direção e tínhamos que intervir", diz o advogado.

A liderança na campanha pelo não aviltamento dos honorários advocatícios também foi um dos destaques de Pernambuco dentro da ordem nacional. A partir de um processo começado no Estado, todas as seccionais aderiram. Assim como a representação feita contra a estudante de direito Mayara Petruso, que usou as redes sociais para ofender os nordestinos. "A medida pedindo punição da estudante partiu de Pernambuco, mas foi colocada a nível nacional", afirma Leonardo Accioly, conselheiro federal e vice-presidente na comissão de relações institucionais.

Defesa pelos honorários advocatícios começou em PE

que sua real capacidade, tinha a existência de chaveiros (presos com função de carcereiros), torturas, corrupção", conta Asfora, que complementa: "É difícil lidar com penitenciárias, porque existe um preconceito e não há investimentos de nenhuma das esferas de governo. Esse assunto deixou de ser prioridade e nosso papel é ajudar os governos a enfrentar melhor o problema." Outra importante representação do



"Nosso papel é acompanhar as leis relacionadas com os advogados, pulsionando o que é de interesse e municiando os deputados de informações." **Pedro Henrique Reynaldo Alves**, presidente do Conselho de Acompanhamento Legislativo

"A medida pedindo punição de Mayara Petruso partiu de Pernambuco, mas foi colocada a nível nacional." **Leonardo Accioly**, conselheiro federal e vice presidente da Comissão de Relações Institucionais

"Vivemos um momento em que a relação entre nacional e seccional é de total cumplicidade. A participação da OAB-PE nunca foi tão grande." **Jayme Asfora**, conselheiro federal

"A OAB-PE está cada vez mais moderna e as críticas feitas ao auxílio-paletó mostram o compromisso com a cidadania." **Ophir Cavalcante**, presidente da OAB nacional

SE EM 18 ANOS DÁ PARA CONQUISTAR MUITAS VITÓRIAS, IMAGINE EM 80.

Parabéns, OAB/PE. 80 anos de coragem, ética e credibilidade.

Fundado em 1994, o Escritório Limongi Sial & Reynaldo Alves vem atuando na área de assessoria e consultoria jurídica com ênfase na assistência empresarial. Ao longo desses 18 anos, o escritório se espelhou em valores que fizeram a Seccional de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil chegar aos 80 anos com toda lealdade a seus ideais de justiça e democracia. Por isso, parabéns à OAB/PE. 80 anos de coragem, ética e credibilidade.

• Administrativo • Ambiental • Civil e Imobiliário • Consumidor • Econômico, Concorrencial e Regulatório • Empresarial e Societário • Energia, Petróleo e Gás • Fálmelar e Recuperação de Empresas • Internacional • Penal-Econômico • Trabalhista • Tributário

Erik Limongi Sial • Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves
Anna Priscylla Lima Prado • Clarissa Freitas Rodrigues de Lima
Graciele Pinheiro Lins Lima • Luis Paulo Pessoa Guerra
Patrícia Santa Cruz de Oliveira



RECIFE - R. Cardeal Arcoverde, 127 - Graças • (81) 3423.5482 / 3423.8805 – www.lsra.com.br
CARUARU - R. Dep. Souto Filho, 108 - salas 02 e 05 - Maurício de Nassau - Emp. Cardoso Santiago • (81) 3721.2477
PETROLINA - R. Cícero Pombo, 111 - salas 605 e 606 - Centro - Emp. Jurídico Roque Barcelar • (87) 3864.4208

OAB nos tribunais

Entidade e Ministério Públco indicam um quinto dos membros dos tribunais de justiça estaduais e federais
Por Rafael Dantas

A Ordem dos Advogados do Brasil tem um papel relevante na formação de determinados tribunais. Desde 1934, a partir do princípio do Quinto Constitucional, a OAB e o Ministério Públco indicam um quinto dos membros dos tribunais de justiça estaduais e federais. "Esse instituto de princípio democrático atravessou períodos de forte restrição, mas não foi alterado", declarou o desembargador do TJPE Fernando Ferreira, escolhido através do quinto constitucional desde 2002.

O processo acontece da seguinte maneira: a OAB apresenta uma lista sétupla ao tribunal em que se abriu uma vaga para desembargador. Dentre os nomes indicados, o tribunal escolhe três e encaminha a decisão final para o governador - quando o tribunal é estadual - ou para o presidente - no caso de tribunais federais. Só podem concorrer à vaga de desembargador os advogados com pelo menos 10 anos de atuação profissional, além de possuir notório saber jurídico e reputação ilibada.

Se esse instrumento constitucional é antigo, uma novidade movida pela OAB-PE foi a consulta de todos os advogados vincu-



Michel Souza/JC Imagem

“A ordem criou regras de campanhas que impedem o uso do poder econômico.”

Ruy Salathiel, *desembargador do TRT*

lados à ordem para a escolha dos nomes, através de eleições diretas. Antes de 2002, a lista sétupla era feita através da escolha do conselho da entidade. Até então, já foram realizadas eleições para escolha de desembargadores do TJPE e do TRT. "Hoje é necessário que o candidato demonstre à classe que é militante e há uma exposição do trabalho profissional", disse o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT) Ruy

Salathiel, eleito no ano passado para o cargo.

Salathiel elogiou também a condução da OAB-PE nesse processo eleitoral. "A ordem criou regras de campanha que impediram o uso do poder econômico. Com isso nivelou todas as candidaturas. Além de ter feito uma rigorosa fiscalização, através da comissão eleitoral", diz. No TRT, são 18 desembargadores, sendo dois indicados pela OAB, dois indicados pelo Ministério Públco



Desembargador do TJ-PE Fernando Ferreira elogiou adoção de eleições diretas para preencher vagas nos tribunais

e os demais magistrados de carreira.

Além do caráter democrático, para Fernando Ferreira, o novo método permite uma incursão dos candidatos no interior do Estado. "Quem vem pela OAB, preferencialmente, tem sido advogado da Região Metropolitana do Recife. Daí a importância desse processo direto, que impõe aos candidatos irem até os eleitores nos rincões mais distantes, para escutá-los e assumir compromissos com a advocacia no interior", afirma.

A desembargadora do TRF5 Margarida Cantarelli, ex-vice presidente da OAB-PE, destaca a relevância da presença dos representantes indicados pelo Quinto Constitucional. "É importante que nos tribunais haja participação de advogados e de



Giga Matos/JC Imagem

"Sempre há uma oxigenação com a visão que trazemos", diz Margarida Cantarelli, desembargadora do TRF5

representantes do Ministério Público. Quem vem da advocacia traz ao colegiado a sua percepção da atuação dos advogados e da sociedade. É uma visão mais ampla do fato social. Essa participação de um quinto é valiosa. Sempre há uma oxigenação com a visão que trazemos de uma

outra atividade profissional que compõe o mesmo sistema que é a justiça", declarou. Atualmente, três desembargadores do TRF5 são indicados através do Quinto Constitucional, sendo uma vaga da advocacia, uma vaga do Ministério Público e a terceira é rotativa.

Para embarcar no crescimento do Estado

Escola da OAB-PE oferece especializações de baixo custo voltadas para as atividades de Suape e para o crescimento do interior
Por Rafael Dantas



Com o novo ciclo do crescimento econômico ancorado em Suape, a advocacia local teve de se adaptar aos novos empreendimentos que desembarcam em Pernambuco. Os advogados viram-se diante da necessidade de ter conhecimento em novas especialidades. Ciente da demanda, a Escola Superior de Advocacia Professor Ruy da Costa Antunes (ESA-PE) da OAB-PE está com matrículas abertas para a segunda turma da pós-graduação em direito marítimo e portuário.

"Queríamos aproveitar o momento econômico que o Estado vive. Essa é uma oportunidade singular de qualificação para os advogados pernambucanos. E a turma esgotou rapidamente as vagas", diz o diretor geral da ESA, Ronnie Duarte sobre o interesse pela formação. Como não havia

uma oferta local de profissionais com essa especialização, a maioria das disciplinas é ministrada por professores de outros Estados.

Além de Suape, outra característica do desenvolvimento econômico de Pernambuco é a interiorização. A instalação de indústrias no Agreste e Sertão modificará não somente o perfil do PIB das cidades que recebem esses empreendimentos, mas também aumenta a demanda por profissionais de direito. Para atender a carência por qualificação dos advogados do interior, a instituição há três anos começou a oferecer especialização para esses advogados.

"Percebemos que havia uma demanda reprimida por aperfeiçoamentos técnico e profissional para um público de advogados com renda entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil, em especial no interior. Eles queriam estudar, mas não tinham recursos", explicou Ronnie Duarte. De 60 vagas oferecidas em 2008 apenas no curso de direito público e privado, que acontecia no Recife, a instituição

passou a ter 12 pós-graduações espalhadas pelo Estado.

Atuando em Limoeiro, a advogada Maria Angélica Vilanova, formada há 11 anos, tinha o desejo de se especializar, mas não encontrava boas oportunidades. A partir da oferta das pós-graduações da ESA, ela já se especializou em direito público e privado e agora faz a pós-graduação em direito processual na subseccional da OAB-PE da sua cidade. "Esse era um projeto antigo, mas era inviável. Com um custo bem acessível e um curso de qualidade, voltei a estudar", declarou.

Outro beneficiado é o advogado George Saulo, que trabalha em João Alfredo. Com o volume de demanda por serviços jurídicos em alta e reconhecendo que precisava voltar à sala de aula, George foi um dos primeiros a se inscrever na primeira turma do curso de direito público e privado. "No interior é difícil se atuarizar. Essa foi uma iniciativa louvável", declarou. A especialização pioneira aconteceu no Recife, e, além de ter custo reduzido, a ESA financiava o deslocamento dos estudantes.

Segundo o presidente da subseccional da OAB-PE em Caruaru, Saulo Amazonas, a interiorização é fundamental para reciclagem dos profissionais que atuam na região. "Tem aumentado muito a demanda por serviços jurídicos, sobretudo em Caruaru. Já recebemos um curso de direito processual do trabalho e estamos formatando novas ofertas", diz.

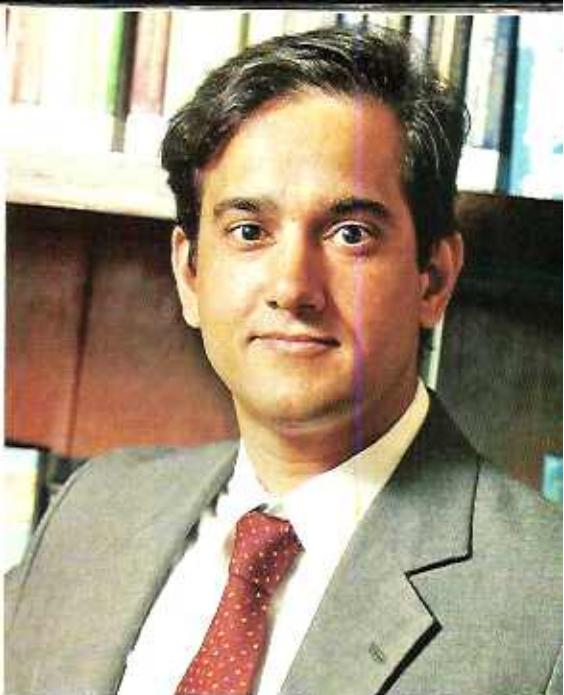
Com a oferta de especializações, apenas nos últimos dois anos, 1,5 mil advogados foram beneficiados, tendo 863 já for-

mados. "Esse programa já foi replicado na Paraíba e em Alagoas. Como escola de advocacia, hoje temos mais alunos que São Paulo, que é uma seccional que tem dez vezes mais sócios que Pernambuco", mapeou Ronnie Duarte.

Para 2012, a instituição promete uma espécie de "Prouni" para especialização de advogados. A ESA vai anunciar, ainda no primeiro semestre, uma pós-graduação gratuita onde apenas profissionais com renda compatível com as bolsas 100% do Prouni poderão concorrer. Além disso, outra promessa da entidade para 2012 será a oferta de 1,2 mil bolsas de estudo para cursos no Complexo de Ensino Renato Saraiva, para advogados interessados na advocacia pública.

ca.

Além das especializações, a ESA está investindo em educação a distância e na realização de publicações jurídicas. A partir de um convênio com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) são realizadas capacitações através de aulas telepresenciais em 15 cidades. A criação de literatura jurídica é outra frente de atuação da ESA, que criou a Revista Advocatus e fez edições de bolso do Código Civil e Código Processual Civil. A próxima iniciativa será uma edição nacional da revista, que será feita em parceria com outras unidades da ESA. "Temos uma tiragem estimada para a Advocatus Brasil de 200 mil exemplares, o que fará dela o maior periódico jurídico do mundo", salientou.



“ Havia uma demanda reprimida por aperfeiçoamento.”

Ronnie Duarte, diretor da ESA-PE

OAB/PE UM MARCO DA JUSTIÇA PERNAMBUCANA

da Fonte, Advogados
homenageia a Ordem dos
Advogados do Brasil –
Seccional Pernambuco
(OAB-PE) pelos seus
80 anos
de atividades.

Administrativo | Ambiental | Cível | Contencioso e Consultoria Processual | Empresarial | Família e Sucessões | Imobiliário | Penal Empresarial | Propriedade Intelectual | Trabalhista | Tributário

www.dafonteadv.com.br Recife | São Paulo | Brasília | Salvador | Madrid

da Fonte,
advogados



Vantagens de ser um associado

OAB-PE oferece facilidades aos advogados, como descontos na compra de livros e automóveis, além de acesso a financiamentos

Por Juliana Godoy

Advogados associados à OAB-PE têm facilidades como descontos na compra de livros jurídicos, acesso a financiamentos e a serviços médicos. Através da Caixa de Assistência aos Advogados de Pernambuco (Caaape), a entidade fecha contratos de convênios com diversas empresas. A iniciativa, que faz parte do órgão local desde 1975, é uma maneira de propiciar mais qualidade de vida aos profissionais.

"Nosso principal objetivo é oferecer produtos aos advogados com um preço mais acessível. Funcionamos como uma prestadora de serviços aos associados", explica Roney Lemos, presidente da Caaape. Fundado, inicialmente, para ser um órgão de previdência privada para os participantes da OAB-PE, a Caa-

NÃO É SÓ HOJE QUE A OAB-PE MERECE OS PARABÉNS.

Mais do que representar os advogados de Pernambuco, a OAB-PE trabalha para que cada pernambucano tenha direito a um mundo mais justo. E a FIEPE não apenas reconhece isso, como faz questão de agradecer por esses 80 anos de dedicação e conquistas para o nosso estado.



FIEPE

pe, funciona como um braço social da instituição e oferta diversos tipos de serviços. "Fechamos convênios com várias empresas, seja para prestar serviços diretos ou indiretos. Na parte médica, por exemplo, temos parcerias com planos de saúde, contamos, ainda, com um convênio para descontos na compra de carros em algumas concessionárias e para passeios turísticos", enumera Roney.

Os descontos podem chegar até a 40% do valor do produto. "Fazemos questão que o advogado perceba a diferença do valor que conseguimos proporcionar a ele com as negociações", afirma o presidente. Além dos serviços pontuais, como carros, passeios e cursos de idiomas, a Caape, em parceria com a Editora RT, montou uma livraria exclusiva

Os descontos podem chegar até a 40%

para os associados. Com menos 20% do valor de capa, os advogados encontram os principais livros que são necessários para exercer sua função. "Funcionamos na Ilha do Leite e qualquer pessoa que faça parte da ordem pode usufruir desse serviço. Não é preciso inscrição, basta ter a carteirinha profissional", explica Roney.

Outro convênio fechado recentemente pela Caape foi uma parceria com o Banco do Nordeste para linhas de crédito voltadas aos associados. De acordo com Adilson da Silva, superintendente

estadual do banco, existem dois tipos de empréstimos que estão sendo oferecidos desde dezembro. O primeiro é uma linha de crédito voltada para pessoa física, enquanto o outro é para pessoas jurídicas. "O principal objetivo dessas linhas é propiciar um bom ambiente de trabalho para os associados. Ou seja, o empréstimo é voltado para construção, ampliação ou melhorias dos escritórios de advocacia", explica Adilson. As taxas para o empréstimo variam de acordo com o faturamento do escritório. Mas a vantagem para quem paga em dia é de 15% de desconto. "Para as instituições localizadas no Semiárido ainda damos 25% para pagamentos antes do vencimento como uma forma de incentivo", completa o superintendente.

"Orgulha-me haver ocupado a cadeira de Presidente da OAB-PE num dos períodos (1977-1979) mais importantes da instituição, comandada que era, na época, pelo grande Raimundo Faoro, ao lado de quem tivemos a honra de batalhar contra a ditadura militar e pelo retorno à liberdade que a democracia nos assegura".
(Octávio Lobo)



PERNAMBUCO

80 ANOS

VENTURA | LEITE | TÔRRES

A D V O G A D O S



Advogado a toda prova

Criado há quase 50 anos, exame da OAB tem sido a garantia da qualidade do serviço prestado pelo profissional

Por Juliana Godoy



Alvo de polêmicas, principalmente depois da sua unificação em 2009, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil venceu uma importante batalha no ano passado. Considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a prova é a principal ferramenta de regulamentação do exercício da advocacia. Implementado no inicio dos anos 60, o exame é o responsável por medir o nível de conhecimento dos bacharéis de direito de todo País e garantir que apenas profissionais capacitados exerçam a função. Na última avaliação, realizada no final de 2011, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco foi a segunda colocada no ranking nacional de aprovação.

Na discussão levada ao STF em outubro de 2011, um estudante de direito do Rio Grande do Sul pedia a não-obrigatoriedade do exame da ordem. Por unanimidade o recurso foi julgado em favor da OAB, o que garante a constitucionalidade da prova. De acordo com estudo realizado pelo advogado e professor da Universidade Federal do Rio de

Exercício inadequado da advocacia traz riscos à população

Janeiro, Luís Roberto Barroso, é através da avaliação que se é verificada a qualificação profissional do candidato, sem ela, o exercício inadequado da advocacia traria riscos para terceiros e para a própria coletividade. "O bacharel precisa estar minimamente habilitado para ser advogado. A prova tem alta relevância não só para o advogado, mas, principalmente, para a socieda-

de", afirma Henrique Mariano, presidente da OAB seccional Pernambuco.

Criado há quase 50 anos, o exame, gradualmente, passa por mudanças visando melhorias. No início dos anos 90 ele passou a ser obrigatório, mas cada regional tinha autonomia para aplicar sua prova. Isso mudou em 2009, quando em reunião, o Conselho Federal da OAB decidiu pela unificação da avaliação. "Isso foi muito bom para isonomia da prova", diz Mariano. Foi neste momento, ressalta Mariano, que muita gente encarou o exame como uma barreira profissional, já que em alguns lugares ela passou a exigir mais dos estudantes. "É importante que o



60
anos

De trabalho reconhecido. De respeito conquistado.

Uma homenagem da Queiroz Cavalcanti Advocacia à
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE).

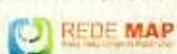
Presença regional, atuando nas áreas:

Administrativo | Ambiental

Contencioso Cível | Empresarial

Imobiliário | Trabalhista | Tributário

Parcerias e projetos



Queiroz
Cavalcanti
Advocacia



Para a recém-aprovada Pollyana, a não obrigatoriedade da prova resultaria num mau atendimento à coletividade

bacharel entenda que realizar o exame é positivo para todos. A estrutura que temos hoje no Brasil não é nada de extraordinária. Existem países da Europa ou até mesmo os Estados Unidos que, além da avaliação, ainda cobram período de experiência que equivale a uma residência feita pelos médicos", afirma o presidente.

Aprovada na ordem há pouco mais de um ano, a advogada Pollyana Gonçalves não vê motivos para tanta polêmica em torno da unificação. "Assim você deixa todos os Estados com os mesmos critérios de avaliação. Com cada seccional fazendo sua prova poderia haver uma discrepância", acredita Pollyana. Para ela, a não-obrigatoriedade do exame poderia resultar em um mau atendimento dos advogados à população. "As pessoas que não são do meio jurídico, por exemplo, não entendem da tramitação de um processo. É importante ter uma pessoa pre-

parada para atendê-las e orientá-las sobre a justiça. O exame é uma maneira de haver um critério mínimo para que as pessoas advoguem", acredita Pollyana.

Luciana Grassano, diretora da Faculdade de Direito do Recife, da UFPE, que ficou em segundo lugar no ranking geral do último exame, acredita que a prova nada mais é do que um termômetro para os bacharéis. "O rigor que existe na prova é compatível com a função do advogado, que é essencial na justiça. Um advogado despreparado pode causar prejuízos", afirma a diretora.

DUAS FASES

Realizado até três vezes por ano, a prova da OAB é dividida em duas fases. Uma primeira mais geral, com questões objetivas e uma segunda específica, escolhida pelo bacharel na hora da inscrição. "Antes da reforma eram 100 questões, das quais o bacharel precisava acertar

50%. Como tínhamos muitas reclamações de que era pouco tempo, diminuímos os quesitos em 20%", conta Henrique Mariano. Já na segunda fase, o formando precisa escrever uma peça da área escolhida e ainda responder a questões subjetivas do assunto. "Ele poderá fazer a peça sobre qualquer área de atuação do direito. Outra mudança que fizemos é que, agora, estudantes do 9º período podem realizar a prova. Caso aprovados, eles precisam esperar a colação de grau para tirar seu registro, mas já estão aptos a exercer a função", explica.

Outro ponto que o presidente da OAB-PE faz questão de lembrar é que diferente do que muita gente pensa, o exame de ordem não é um concurso público, onde existem vagas e limites de aprovação. "Se todos os inscritos se mostrarem aptos, todos têm direito de tirar o registro. Não existem vagas ou limitações", esclarece.

NA FORD VOCÊ ENCONTRA UM CARRO QUE COMBINA COM VOCÊ.

Novo Focus 2012.
Indiscutivelmente o melhor Hatch médio do Brasil.

3 ANOS DE GARANTIA



- Ar-Condicionado • Direção hidráulica
- Vidros e Travas elétricas • Air-bag duplo
- Rodas de liga leve 16" • Computador de bordo
- CD player com MP3

FORD FOCUS HATCH 1.6L 2012 COMPLETO

R\$ 52.990 (CAT QAB2) À VISTA

OU ENTRADA R\$ 28.031,71
+ 24X DE R\$ 1.100,00

FORD FOCUS HATCH 2.0L 2012 COMPLETO

R\$ 59.900 (CAT QDB2) À VISTA

OU ENTRADA R\$ 29.950,00
+ 24X DE R\$ 1.307,01

TAXA ZERO

Ford Fusion. Beleza, força, tecnologia e conforto.

3 ANOS DE GARANTIA

E o melhor: com uma condição surpreendente.

Ford Fusion 2.5L 16V

R\$ 82.900,00 • TAXA 0%

Entrada de R\$ 41.450,00
+ 24x R\$ 1.797,48

- Ar-condicionado automático e digital • Direção elétrica
- Computador de Bordo • Premium Sound Sony • CD MP3 Player
- Freios ABS • 6 Air bags • Rodas de liga leve 17" • Piloto Automático



Faça revisões em seu veículo regularmente.

CARTÃO FORD ITAU CARD, SOCIETE DE SEU.
Avalia 10 mil em despesas na compra de seu Ford. Oferece 1 ano de prazo para pagamento da 1ª parcela, incluindo tarifas, custos e impostos (IOF). Valor total financiado de R\$ 43.139,52. Custo Efetivo Total (CET) calculado na data de 12/01/2012 a partir de 0,32% a.m. e 3,93% a.a., por meio do Programa Ford Credit. Ford Focus Hatch 2 (cat. QDB2) a partir de R\$ 59.900,00 à vista ou financiado com taxa de 0,00% a.m. e 0,03% a.a., entrada de R\$ 29.950,00 e saldo em 24 parcelas de R\$ 1.307,01 na modalidade CDC com 30 dias de carência para pagamento da 1ª parcela, incluindo tarifas, custos e impostos (IOF). Valor total financiado de R\$ 31.368,24. Custo Efetivo Total (CET) calculado na data de 12/01/2012 a partir de 0,37% a.m. e 4,57% a.a., por meio do Programa Ford Credit. Ford Focus Hatch 1.6L 2012 (cat. QAB2) a partir de R\$ 52.990,00 à vista ou financiado com taxa de 0,00% a.m. e 0,00% a.a., 52,9% de entrada (R\$ 28.031,71) e saldo em 24 parcelas de R\$ 1.100,00 na modalidade CDC com 30 dias de carência para pagamento da 1ª parcela, incluindo tarifas, custos e impostos (IOF), valor total a prazo de R\$ 54.431,71, Custo Efetivo Total (CET) calculado na data de 30/11/2011 a partir de 0,45% a.m e 5,59% a.a., através do Programa Ford Credit. Não abrange seguro, acessórios, documentação e serviços de despachante, manutenção ou qualquer outro serviço prestado pelo Distribuidor. Sujeito à aprovação de crédito. O valor de composição do CET poderá sofrer alteração, quando da data efetiva da contratação, considerando o valor do bem adquirido, despesas contratadas pelo cliente, custos de Registros de Cartórios variáveis de acordo com a UF (não incluso no valor das parcelas e no cálculo da CET) a data da contratação. Contratos de Financiamento Ademarando Ford Credit são operacionalizados pelo Banco Bradesco Financiamentos S.A.

GranVIA **GranVIA**

Abdias de Carvalho
3015-6000

Imbiribeira
3015-7000



Av. Domingos Ferreira
3243-7777



Av. Antônio Torres Galvão
3243-7777



Av. João de Barros
3243-7777



Jabotacaba dos Guararapes
3243-7777



Olinda
3243-7777





Nestes 80 anos, a Ordem dos Advogados de Pernambuco contou com 18 presidentes, além do atual, Henrique Mariano. Confira o que alguns dos ex-presidentes têm a dizer sobre a instituição nesta data histórica.

"Ao longo dos seus 80 anos a OAB-PE sempre esteve compromissada com o estado democrático de direito, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem discriminação de raça, cor, sexo, idade e origem, com os direitos humanos, a justiça social e a defesa intransigente das prerrogativas dos advogados, como fator indispensável à boa administração da justiça e ao aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas"

Júlio Oliveira

"Nos 80 anos da OAB posso dizer que participei ativamente das últimas sete décadas e até hoje pugno pelos objetivos dessa instituição: defesa da classe, aperfeiçoamento da sua disciplina e seleção, aprimoramento cultural, garantia do livre exercício da profissão, resguardo dos direitos fundamentais e pela asseguração das garantias constitucionais da igualdade, liberdade e justiça."

José Cavalcanti Neves

"A OAB-PE tem exercido papel relevante em defesa da sociedade e da advocacia. Em 2012, a OAB-PE deveria empenhar-se em duas frentes. A primeira, lutando para que seja aprovado o Estatuto da Magistratura, extinguindo-se a sanção disciplinar da aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço para os juízes. A segunda, pugnando para que o desenvolvimento econômico do Estado se refletisse em benefício efetivo para todos os pernambucanos, muitos dos quais ainda vivem em situação de miséria, fruto da falta de responsabilidade dos governos com a educação."

Aluísio José de Vasconcelos Xavier

"Na época em que exercei a presidência da OAB, de 1971 a 1975, o País atravessava a parte mais obscura do regime militar e, por isso, a nossa maior preocupação era a reconquista de liberdade, que só poderia ser obtida pela volta ao regime democrático. Obtida esta, com a promulgação da Constituição de 1988, o papel da OAB passou a ser a defesa das instituições e da cidadania, que deve ser feita sem partidarismo e sem demagogia."

Joaquim Correia de Carvalho

"A OAB-PE sempre esteve presente na luta pela cidadania. Todos os movimentos que existiram ao longo desses 80 anos, que tinham como bandeira a democratização do País, as garantias dos direitos individuais, do respeito, a ordem sempre esteve à frente dessas lutas. Desempenhou a função de representante do povo. Posição muito presente nessas fases, de 64 com a ditadura e também na luta pela redemocratização. Tivemos uma participação fundamental. Além disso a OAB-PE tem uma atuação na própria atividade da advocacia, para que ela tenha liberdade de exercício da função. Principalmente em momentos complicados. Ela tem como função garantir a plenitude do estado de direito."

Ademar Rigueira Neto



"Fui presidente no período de 1977 a 1979, em plena revolução no governo Geisel. A OAB estava exercendo um papel importantíssimo, pois lutava pela restauração da democracia no País. No conselho federal tínhamos Raymundo Faoro como presidente, que foi de extrema importância na luta por esse retorno da democracia. Posso dizer que fui presidente em um período áureo. Tive o privilégio de participar de toda essa revolução como presidente da Seccional de Pernambuco e me orgulho de ter contribuído naquela ocasião para tudo que veio a acontecer depois."

Octávio de Oliveira Lobo

"Só tive a real dimensão do gigantesco papel que OAB-PE tem na sociedade e na história de Pernambuco quando presidi a instituição. A relevância, o respeito e a credibilidade que ela tem para os pernambucanos é enorme. A OAB-PE tem um papel importantíssimo da concretização dos direitos humanos no Estado, um papel relevante na realização da justiça social e fundamental na consolidação da democracia no Estado."

Jayme Asfora

"Na minha opinião, não há estado democrático de direito sem liberdade de expressão e sem funcionamento normal dos três poderes. E com a consciência disso, a ordem sempre lutou pelo fortalecimento do poder judiciário, não apenas em homenagem a ele, mas em defesa do sagrado direito do contraditório e da defesa dos direitos individuais e coletivos e estava simultaneamente lutando pelo fortalecimento da advocacia, que é essencial a qualquer estado democrático de direito."

Dorany de Sá Barreto Sampaio

"A ordem, além das atribuições corporativas, de representação, defesa, seleção e disciplina da classe, tem também atribuições institucionais de defesa da Constituição, da ordem jurídica, do estado democrático de direito, dos direitos humanos, justiça social e dever de pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça. A OAB-PE é dos advogados, mas é do Brasil também. A ordem envolvida, em movimentos como a redemocratização do País e a luta em defesa das atribuições do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle dos atos administrativos do judiciário."

Jorge da Costa Pinto Neves

"A OAB-PE, ao longo dos seus 80 anos, iniciada sobre a presidência de Joaquim Amazonas, se mostra cada dia mais jovem no sentido de que está permanentemente antenada com as questões republicanas. Principalmente como representação da nação brasileira, da sociedade e das entidades organizadas. A presença do advogado como indispensável a justiça e ao direito é exatamente a sua legitimidade para poder falar em nome da cidadania. Parabéns à OAB-PE e a seus presidentes, que souberam, ao longo do tempo, honrar a entidade e fazê-la cada vez mais forte."

Paulo Marcelo Wanderley

"A OAB-PE, desde sua fundação, vem cumprindo um papel social importante, tanto na disciplina da advocacia, como na defesa das instituições democráticas que tornam a advocacia possível. No meu mandato o foco principal foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Em sintonia com a OAB nacional, promovemos a participação popular, através de reuniões e debates sobre o assunto com entidades de classes, diretórios acadêmicos, igrejas e outras organizações da sociedade. Também instalamos e fizemos funcionar, sobre a presidência de Fernando Araújo, a CAA-PE, que foi considerada a que mais rapidamente se consolidou no País".

Fernando de Vasconcelos Coelho



As condições críticas da Funase têm sido denunciadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE

Helio Scheppe/JC Imagem

Descentralizar traz resultados

OAB-PE funciona por meio de comissões que tornam a atuação da entidade mais efetiva
Por Juliana Godoy

Casos como o da estudante Mayara Petruso, a recente atuação da Polícia Militar perante os estudantes que protestavam contra o aumento da passagem de ônibus no centro do Recife ou os exemplos de abuso na Assembleia Legislativa e até mesmo práticas de desrespeito aos idosos são de interesse da sociedade e da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Pernambuco. Para dar conta de todas as demandas e garantir resultados no trabalho que é feito pela entidade, a OAB-PE é dividida em pouco mais de 40 comissões. Todas com o mesmo objetivo comum: assegurar os interesses e direitos da população e da classe dos advogados.

"Não nos restringimos em defender apenas os interesses dos advogados, temos como missão também defender tudo aquilo que for de interesse da sociedade", explica Catarina

Almeida, vice-presidente da OAB-PE. Entre os exemplos dado por Catarina estão a Comissão de Direitos Humanos e Acompanhamento de Atos do Poder Público, que analisa de perto tudo que acontece na esfera pública do Estado. Há ainda, a de defesa do idoso, meio ambiente, bioética, defesa do consumidor, entre outras. "Nosso objetivo é descentralizar o trabalho, pois assim torna mais efetivo nosso empenho em atingir várias áreas", explica Catarina.

Para Maurício Bezerra, presidente da Comissão de Prerrogativas, que defende e monitora a livre atuação do advogado, é importante que o trabalho seja dividido por áreas. "Assim conseguimos direcionar mais nossas políticas e atingir todas as áreas de interesse da sociedade", afirma Bezerra, que é um dos responsáveis pela intervenção no caso Inajá, onde um juiz determinou a prisão de dois advogados na cidade do interior pernambucano de manei-

São mais de 40 comissões que atuam em áreas como bioética e defesa do idoso

80 anos defendendo a sociedade. 40 anos cuidando da sua saúde.

Oitenta anos de inovação e tradição, sempre pautados na ética e competência, tornam a OAB-PE um marco na nossa história. A Unimed Recife, que há quarenta anos cuida da saúde dos pernambucanos e compartilha desses ideais, parabeniza a entidade e a todos os advogados pela importante data. Parabéns, OAB-PE.



Michele Sozzi/JC Imagem



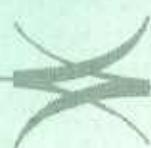
ra arbitrária. "Acompanhamos o andamento das violações das prerrogativas. Ou seja, os advogados não tiveram livre acesso à cópia de uma decisão de um processo que acompanhavam. Entramos com uma representação administrativa e outra criminal, além de fazer um desagravo público para restaurar a dignidade e a honra dos advogados", conta o presidente.

Além da Comissão de Prerrogativas, todas as outras recebem denúncias e julgam qual o melhor andamento a ser dado para a causa. "O advogado leva o caso até a OAB-PE e nós julgamos como podemos entrar com representações", afirma Maurício Bezerra. Catarina Almeida ainda expli-

ca que existem dois tipos de comissões dentro da OAB. As estatutárias, que estão previstas no Estatuto da Advocacia e da OAB e as que não estão. "As estatutárias precisam ser presididas por conselheiros da ordem, enquanto as outras são criadas de acordo com o interesse da sociedade", diz.

É o caso da Comissão do Direito Marítimo, Portuário de Petróleo, que foi criada para atender a nova realidade socioeconômica que o Estado de Pernambuco vem vivendo. "Foi a força desse novo cenário que nos fez desenvolver algo que acompanhasse os avanços que estão acontecendo nesse setor", explica a vice-presidente.

“ Atingimos todas as áreas de interesse da sociedade.” Maurício Bezerra, presidente da Comissão de Prerrogativas



Ivo Barboza

& advogados associados

"O escritório Ivo Barboza & Advogados Associados, homenageia a OAB pelos seus 80 anos."



Advocacia / Consultoria:

- Tributária
- Empresarial
- Penal/Tributário



Especialistas responsáveis:

- Ivo de Lima Barboza
- Gláucio Manuel de Lima Barbosa
- Prof. Nilzardo Carneiro Leão
- Alexandre Albuquerque
- Fernando de Oliveira Lima
- Ivo de Oliveira Lima
- Graciane Apolônio da Silva Luz

Rua do Brum, 196 | Bairro do Recife | Recife | PE | CEP 50030-260

Fone: (81) 2101.6722 | Fax: (81) 2101.6700

www.ivobarboza.com.br



FACULDADE
Nova Roma

**ESTUDE NA FACULDADE QUE É
REFERÊNCIA EM EXCELÊNCIA ACADÊMICA.**



GRADUAÇÃO

- Direito
- Administração
- Contábeis
- Computação

MBA FGV

- LL.M em Direito Empresarial
- Gestão de Petróleo e Gás
- Logística e Supply Chain
- Negócios Imobiliários e da Construção Civil
- Gestão Empresarial
- Marketing
- Gestão Financeira e Controladoria
- Gerenciamento de Projetos

Plugados com a informatização da justiça

Com a chegada do processo eletrônico, OAB-PE capacita advogados a atuarem nessa nova realidade digital

Por Rafael Dantas

O uso dos processos eletrônicos pelos tribunais tem dado maior celeridade e transparência ao poder judiciário. Toda a tramitação dos processos no formato digital pode ser acompanhada pela internet, tanto pelos advogados, como pelos cidadãos que necessitam dos serviços jurídicos. Frente às vantagens tecnológicas e ao rápido processo de digitalização da atividade jurídica, a OAB-PE assumiu a

responsabilidade de capacitar os advogados pernambucanos a acessar as novas ferramentas digitais que estão em uso pelos tribunais.

Segundo o presidente da Comissão de TI da OAB-PE, Frederico Duarte, apenas 7% dos advogados pernambucanos já dispõem do certificado digital, que é a ferramenta necessária para o trabalho jurídico via processo eletrônico. Para reverter

Moraes Guerra, 105 anos exercendo o direito; 80 deles, ao lado da OAB.

A Moraes Guerra Advocacia, que atua nas áreas que integram a advocacia de empresa desde a década de 60 cuidando do patrimônio de seus clientes, hoje presta esta singela e merecida homenagem à OAB-PE, pelos seus 80 anos de lutas conquistas tão fundamentais à consolidação de nossa querida sociedade pernambucana.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

CÍVEL, COMERCIAL, TRIBUTÁRIA
E TRABALHISTA



SÓCIOS

Murilo Guerra
Guilherme Guerra
Maria Cláudia Guerra
Daniel Assunção
Daniel Hazin



ESCRITÓRIOS ASSOCIADOS:

Brasília / São Paulo / Maceió / João Pessoa / Natal

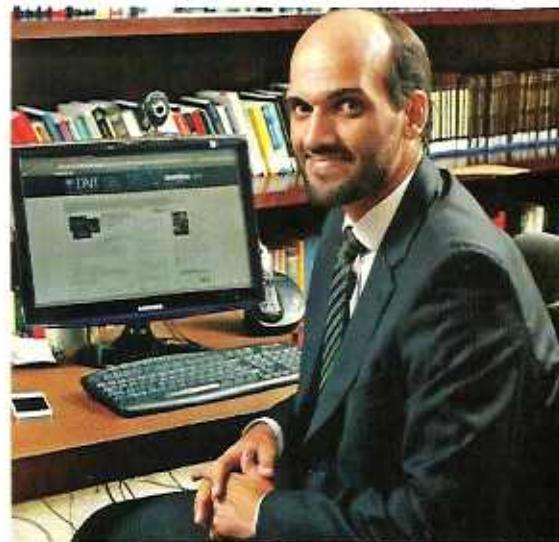
Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1356 - Aflitos - Recife/PE // Fone: 81 - 2101.2777

essa "exclusão digital" foi criada a Caravana do Processo Eletrônico, para capacitar os advogados em todo o Estado e emitir as certidões, que antes só podiam ser feitas em Caruaru e no Recife. "A OAB-PE está trabalhando com a qualificação dos advogados, deixando-os cientes das atualizações que estão acontecendo nos tribunais. Temos advogados que usam ainda máquina de escrever ou redigem seus textos em manuscrito. Imagine o desafio que temos para que eles se acostumem a usar scanner e internet", diz Duarte.

A caravana chegou em 21 das 24 cidades pernambucanas que possuem uma subseccional da OAB-PE, circulando mais de 10 mil quilômetros pelo Estado. De

acordo com números da Escola Superior de Advocacia, foram capacitados mais de mil profissionais. "Formamos um livro com os conceitos básicos do que é o processo eletrônico e como ele funciona e estamos levando palestras para todo o Estado. Se o advogado não se adaptar a essa nova realidade e não entender como funciona, em breve, ficará impedido de exercer a sua atividade profissional", afirma o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano.

Outro projeto em andamento da entidade para auxiliar seus associados será a implantação dos Centros de Inclusão do Advogado, que irão funcionar em todas as subseccionais da entidade. "Nesses centros o advoga-



“ Só 7% dos advogados pernambucanos têm certificado digital.”

Frederico Duarte, presidente da Comissão de TI



NILTON SIQUEIRA

ADVOGADOS

DIREITO CIVIL
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
DIREITO TRABALHISTA

HÁ 59 ANOS ASSOCIANDO
TRADIÇÃO E INOVAÇÃO.

RUA FREI MATIAS TEVES, 280
EMPRESARIAL ALBERT EINSTEIN
CONJ. 120/209, ILHA DO LEITE
RECIFE - PE. CEP 50070-160.

FONES/FAX: +55 81- 3423-6896
WWW.NILTONSIQUEIRA.COM.BR

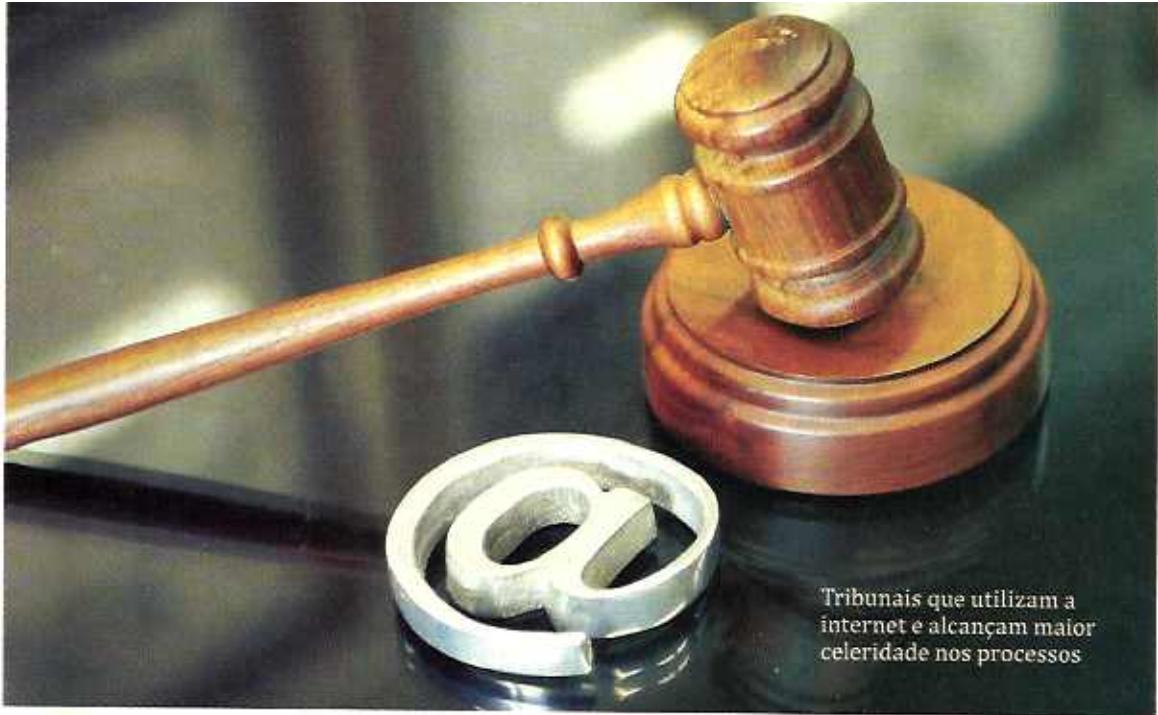
Na data em que a OAB-PE completa 80 anos de existência, temos a satisfação de prestar esta homenagem por sermos testemunhas do trabalho sério e abnegado que desempenha em prol, não apenas, dos profissionais do Direito, como também, dos princípios basilares de respeito aos direitos humanos e à dignidade da justiça.

Muito nos honra ter participado da direção desta entidade que significa o Estado de Pernambuco pelas destacadas atuações dos seus dirigentes, desde os primórdios até esta nova geração, tão bem

representada pelo atual Presidente Dr. Henrique Mariano, que vem desempenhando um brilhante trabalho na Presidência da OAB-PE.

Desta forma, não é apenas a instituição que está a parabéns; a comemoração é extensiva a todos nós que integramos o quadro de advogados do Estado de Pernambuco e que somente temos motivos para nos orgulhar da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco no cenário nacional.

Nilton Wanderley de Siqueira e Equipe.



Tribunais que utilizam a internet e alcançam maior celeridade nos processos

do terá auxílio de um funcionário da OAB-PE para aprender como digitalizar seus processos, poderá acessar os tribunais e fazer a transmissão de suas peças para onde já existe o processo eletrônico", disse Frederico Duarte.

A OAB-PE está na fase de aquisição de computadores e scanners de alta definição para essas unidades, que deverão ser inauguradas ainda no primeiro semestre deste ano. "A instalação desses centros visa atingir principalmente os advogados em início de carreira, que ainda não dispõem de uma infraestrutura adequada para sua atuação profissional e ainda possuem limitações financeiras para adquirir esses equipamentos para uso privativo", destacou Henrique Mariano.

VANTAGENS

Apesar de demandar uma capacitação dos advogados, o uso dos processos eletrônicos traz uma série de vantagens ao serviço jurídico. Com a digitalização das suas atividades, os tribunais terão uma economia milionária.

O uso dos processos eletrônicos gera economia nos tribunais

Em 2010, por exemplo, ao adotar o processo eletrônico, o Tribunal Superior do Trabalho estimou uma economia de R\$ 11 milhões, que eram gastos com transporte, manuseio e correspondência das papeladas. "Lembro também que o Superior Tribunal de Justiça economizará, por ano, somente em despesas de correios aproximadamente R\$ 25 milhões, segundo dados de uma estatística divulgada pelo ministro Luiz Fuchs", declarou Henrique Mariano.

Segundo o presidente da OAB-PE, o novo sistema permite também maior transparência ao trabalho jurídico, visto que qualquer cidadão, com o número do processo em mãos, pode acessá-lo pela internet.

"Com exceção dos projetos que correm em segredo de justiça, qualquer pessoa pode ter acesso a sua tramitação, da sua casa ou escritório, e fazer acompanhamento dela", diz. Mariano destacou ainda a segurança dos sistemas adotados no Brasil, que até então não apresentaram precedentes de violação dos documentos digitalizados.

Outra vantagem com a digitalização é que os processos passam a ter cópias em lugares diferentes. Casos de perda de processos vão ser praticamente eliminados, como os que aconteceram na região da Mata Sul, em razão das enchentes em 2010. "Em Palmares, por exemplo, das três esferas do judiciário que funcionam naquela comarca, só na Justiça Federal, onde já existia o processo eletrônico, não houve nenhuma perda processual. Enquanto que na Justiça do Trabalho e na estadual, muitos processos foram atingidos, danificados, alguns estão sendo restaurados", disse Frederico Duarte.



Há oitenta anos a Secção de Pernambuco aclamava a primeira eleição da Diretoria do Conselho. Em 8 de fevereiro de 1932, os advogados pernambucanos iniciaram uma jornada pela defesa do exercício da advocacia, atividade de múnus público, essencial para realização da justiça.

A consolidação desta entidade acompanhou atentamente o "breve século XX" e o processo de democratização do país, galgando espaços de suma relevância na condução do ordenamento jurídico brasileiro, tornando-se voz ativa no exercício cotidiano do direito.

Este aniversário marca, ainda, a juventude da OAB-PE que representa a advocacia pernambucana em mais de 40 Comissões, administra a Escola Superior da Advocacia e a Caixa de Assistência, fazendo valer as prerrogativas dos advogados e consolidando a democracia no país.

Parabéns OAB-PE, que a sua história permaneça sendo escrita na defesa do Direito, zelando pela Democracia, pela Justiça e pelas prerrogativas dos advogados.



Estevão, Ferreira & Pinheiro Advogados Associados

Trabalhista - Previdenciário - Eleitoral
Constitucional - Administrativo

Rua Dom Vital, nº. 48, Santo Amaro
Recife - Pernambuco
Tel.: (81) 3423-2494

Escritório fundado em 1991, possui larga experiência na atuação sindical e conta com uma equipe de profissionais e advogados especializados que estão em constante aperfeiçoamento profissional e de atualização doutrinária, legislativa e jurisprudencial.

Visando um constante aperfeiçoamento à defesa dos trabalhadores, e, em sintonia com o grande crescimento econômico da região sul de nosso estado, foi inaugurado em maio de 2011 filial no município de Ipojuca.

O escritório faz parte do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos – CNASP –, o que proporciona um atendimento nacional nas questões judiciais decorrentes das relações de trabalho com o Estado. Além de dois dos seus sócios integrarem o Coletivo Nacional de Advogados da CUT.

Ricardo Estevão
Cláudio Ferreira
João Pinheiro
Frederico Rosendo
Gisele Lucy Menezes

www.efpadvogados.adv.br

Rodovia PE 60, nº. 44, Centro
Ipojuca - Pernambuco
Tel.: (81) 3551-0540

EM 80 ANOS,
CONQUISTAMOS
MUITAS COISAS,
MAS A MELHOR
DELAS FOI A SUA
CONFIANÇA.

Nesses 80 anos de história, o compromisso da OAB-PE com a construção de uma sociedade mais justa esteve sempre em primeiro lugar. Isso porque, além de trabalhar por uma advocacia forte, a OAB-PE está buscando um mundo melhor para todos os pernambucanos.

